

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 1. Contexto Operacional

O Serviço Social da Indústria (SESI) – Departamento Nacional, é uma Entidade de direito privado, gestora de contribuições sociais, nos termos dos artigos 149 e 240 da Constituição Federal de 1988, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho 1946, com sede no SBN Quadra 01 Bloco C Edifício Roberto Simonsen – Brasília – DF, que tem por objetivo:

- a) alfabetização do trabalhador e seus dependentes;
- b) educação de base;
- c) educação para a economia;
- d) educação para a saúde (física, mental e emocional);
- e) educação familiar;
- f) educação moral e cívica;
- g) educação comunitária.

As principais fontes de receitas da Entidade são as contribuições compulsórias, prevista no Artigo 3º Decreto – Lei nº 9.403, de 25 de junho 1946, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no seguimento industrial. A arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta quando o contribuinte recolhe diretamente aos Departamentos Regionais ou, de forma indireta, através de guias de recolhimento da Contribuição Previdenciária paga à Receita Federal do Brasil.

Nota 2. Apresentação e Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, em consonância com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

As presentes demonstrações contábeis, foram aprovadas pela Superintendência de Finanças da Entidade em 31 de janeiro de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº10), provisão de perdas estimadas com créditos de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais (Nota Explicativa nº16). Os resultados reais das transações envolvendo essas estimativas podem divergir dos valores apresentados. A administração da Entidade revisa essas estimativas periodicamente.

Nota 3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

A administração da Entidade mantém suas aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de aplicações em fundo de investimentos e títulos de renda fixa (CDB), com resgate imediato.

3.2. Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem de serviços prestados, prioritariamente na área de educação, saúde e segurança no trabalho.

3.3. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa, é constituída de acordo com o normativo interno da Entidade, o qual determina a constituição de provisão para perda na razão de 100% (cem por cento), para os títulos vencidos há mais de 180 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente, em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

3.4. Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, 13ºsalário, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros e adiantamentos para realização de despesas de pronto pagamento.

3.5. Departamento conta movimento

Referem-se a transações financeiras entre o SESI/DN e os Departamentos Regionais do SESI dos Estados.

3.6. Receitas a receber

Representam as receitas de contribuições compulsórias, reconhecidas pelo regime de competência e não recebidas até a data do balanço.

3.7. Empréstimos e financiamentos concedidos

Estão representados pelo custo amortizado e referem-se aos valores dos empréstimos e financiamentos concedidos aos Departamentos Regionais, com recursos próprios ou Fundo de Reserva Financeira.

3.8. Sistema Indústria – Conta movimento

Referem-se ao valor das operações compartilhadas entre as Entidades do Sistema Indústria: CNI, SENAI, IEL, Conselho Nacional do SESI e Condomínios vinculados à Entidade.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

3.9. Convênios e Acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado, para prestação de serviços educacionais, cujos recursos serão utilizados na execução dos projetos. Os ativos são reconhecidos pelo regime de competência, na medida em que os recursos são recebidos e os serviços prestados. Os passivos são reconhecidos, na medida em que os recursos são recebidos pela Entidade sem que os respectivos serviços aos quais se destinem tenham sido realizados.

3.10. Contas correntes ativas e passivas

Referem-se aos valores ativos e passivos, decorrentes das transações realizadas com os Departamentos Regionais, os Centros de Atividades e outros e direitos/obrigações, junto a terceiros ou colaboradores.

3.11. Valores a apropriar

Referem-se aos valores repassados aos Departamentos Regionais do Sesi ou terceiros, para execução de projetos de interesse do Sesi-DN. Os valores gastos na execução dos projetos, são levados a resultado mediante aprovação das prestações de contas, apresentadas pelas Entidades executoras.

3.12. Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, assinaturas de periódicos e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado, mensalmente, observando o período de vigência do contrato.

3.13. Depósitos para recursos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados pelo valor original e possuem passivos correspondentes, a menos que, ocorra desfecho desfavorável da questão. Os passivos correspondentes estão demonstrados na Nota Explicativa nº 16.

3.14. Investimentos

Referem-se a ações de concessionárias de telefonia. Estão apresentadas pelo valor de mercado, mensuradas com base na cotação dessas ações pela Bolsa de Valores. A diferença entre o valor de mercado e o valor histórico dessas ações, é registrado em contrapartida de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

3.15. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido por reavaliações efetuadas em exercícios anteriores, deduzido da correspondente depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada.

3.15.1. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos e os bens cedidos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e respectivas taxas de depreciação são as seguintes:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

	Vida Útil	Taxa de Depreciação
Prédios	600 meses	2% a.a.
Mobiliário em Geral	120 meses	10% a.a.
Biblioteca	120 meses	10% a.a.
Instrumentos Musicais	120 meses	10% a.a.
Veículos	60 meses	20% a.a.
Máquinas e Equipamentos em Geral	120 meses	10% a.a.
Equip. Médicos Cirúrgicos Odonto.Laborato.	120 meses	10% a.a.
Equipamentos de Informática	60 meses	20% a.a.
Equipamentos Esportivos e Artísticos	120 meses	10% a.a.
Equipamentos de Comunicação	120 meses	10% a.a.
Outros Bens Móveis	120 meses	10% a.a.

3.16. Intangível

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e utilitários de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas são calculadas com base em taxas lineares anuais indicadas na Nota Explicativa nº 11.

3.17. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo for menor que o seu valor contábil, o valor do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.18. Férias e Encargos a Pagar

O montante de Férias e encargos sobre férias a pagar foi calculado, com base na legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada funcionário.

3.19. Provisões para Riscos

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas semestralmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 16.

3.20. Demais Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.21. Ativo e Passivo compensado

As rubricas de compensado, com função precípua de controle, são utilizadas para consolidar atos e fatos ligados à execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial, como bens custodiados em tesouraria, bens cedidos ou recebidos em comodato, e os depósitos de FGTS dos empregados não optantes, que podem vir a afetar o patrimônio direta ou indiretamente.

3.22. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

a) **Receitas Correntes:** estão compostas pelas receitas de atividades próprias, como segue:

- **Receita de Contribuição:** representa a arrecadação compulsória direta e indireta. As empresas contribuintes da indústria recolhem ao SESI, 1,5% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes, a todos seus empregados. São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela Receita Federal do Brasil, juntamente com as Contribuições Sociais Previdenciárias. Estão apropriadas mensalmente, pelo regime de competência, com base nas informações da GEAF – Gerência de Arrecadação e Fiscalização e ajustadas pelo valor recebido.
- **Transferências Correntes:** referem-se a receitas de convênios firmados com outras Entidades do Sistema Indústria e parceiros de direito público, privado ou organismos internacionais, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.
- **Receitas e despesas financeiras:** representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos, aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidas no resultado pelo regime de competência.
- **Receitas de Capital:** consolidam os registros de amortizações de empréstimos concedidos com recursos próprios, com finalidade de execução orçamentária.

b) **Despesas Operacionais:** consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como Despesas Correntes, Despesas de Capital e Variações Patrimoniais/Financeiras, dependentes ou não da execução orçamentária.

- **Despesas Correntes:** consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.
- **Despesas de Capital:** consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

3.23. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber - arrecadação, Departamento Nacional - conta movimento e convênios e acordos.

- **Empréstimos e recebíveis:** empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são demonstrados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva).
- **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** a Entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

b) Passivos financeiros

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, Departamento Nacional conta movimento, Sistema CNI - conta movimento e convênios e acordos.

- **Mensuração subsequente:** após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como, durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
- **Empréstimos e Financiamentos:** os empréstimos e financiamentos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, conforme o período de amortização total da transação.

3.24. Tributos e Contribuições

A Entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, art. 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN IN RFB 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Conforme Incisos I e II, art. 46 deste Decreto, as Entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentas da COFINS.

Nota 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018			31/12/2017		
	Sem restrição	Com restrição	Total	Sem restrição	Com restrição	Total
Banco c/movimento	2.985,13	-	2.985,13	705,53	-	705,53
Aplicações financeiras (a)	1.767.803.651,44	60.206.150,14	1.828.009.801,58	1.618.583.539,08	44.116.277,78	1.662.699.816,86
Total	1.767.806.636,57	60.206.150,14	1.828.012.786,71	1.618.584.244,61	44.116.277,78	1.662.700.522,39

a) Aplicações Financeiras

	Sem restrição	
	31/12/2018	31/12/2017
C.E.F PR 0650.022.208019-8	2.758,98	2.599,47
F EXCL BB - 60125-X	293.722.246,35	264.959.764,41
F EXCL CEF - 41328-3	30.820.304,52	84.484,37
CEF CDB 41.328-3	1.443.256.501,82	1.353.536.270,94
F EXCL BB - 6004-6	1.839,77	419,89
TOTAL	1.767.803.651,44	1.618.583.539,08

	Com restrição	
	31/12/2018	31/12/2017
F EXCL BB - 5379-1	2.749,76	1.555,40
FRF - F. EXCL. CEF 41329-1	33.737,31	31.782,73
FRF - CDB CEF 41329-1	7.620.189,00	7.142.891,96
FRF - FUNDO BANCO DO BRASIL 6491-2	52.549.474,07	36.940.047,69
TOTAL	60.206.150,14	44.116.277,78

Sem restrição: contas bancárias mantidas pela Entidade, para a execução e manutenção de suas atividades.

Com restrição: contas bancárias vinculadas ao fundo de reserva financeira, projetos, convênios ou acordos, para a execução de iniciativas educacionais e assistenciais. Em geral, possuem destinação estabelecidas em normativos e/ou contratos.

Nota 5. Departamento Conta Movimento

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Acre	80.122,21	86.916,60	561.673,56	247.880,32
Alagoas	511.188,82	484.353,78	3.214.425,86	4.472.423,13
Amazonas	1.891.827,05	1.823.285,34	2.911.468,61	3.698.111,57
Amapá	127.374,01	55.430,62	6.030.131,73	177.781,11
Bahia	4.837.945,59	4.604.286,09	13.731.459,10	11.914.473,73
Ceará	2.342.850,27	2.023.696,11	4.436.732,87	5.063.538,48
Distrito Federal	2.308.408,16	2.280.873,31	2.452.989,63	2.420.528,36



Serviço Social da Indústria - SESI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Espírito Santo	2.243.580,87	2.038.159,66	4.034.178,37	4.497.554,72
Goiás	2.116.616,41	2.009.644,83	5.711.025,84	6.887.609,60
Maranhão	920.683,33	871.413,34	1.886.005,69	3.073.477,45
Mato Grosso	861.856,86	681.664,10	3.362.297,67	4.391.757,48
Mato Grosso do Sul	916.520,23	728.863,85	2.828.142,56	2.918.358,83
Minas Gerais	13.924.994,94	12.730.836,81	19.160.944,22	20.289.345,58
Pará	1.903.124,75	1.640.862,10	4.554.438,86	4.169.756,64
Paraíba	817.880,12	764.915,28	1.641.008,56	1.836.242,22
Paraná	9.209.400,60	8.622.596,77	13.996.370,42	16.975.782,72
Pernambuco	1.966.342,32	1.678.762,98	7.875.365,55	8.496.493,97
Piauí	386.158,36	361.093,68	1.573.290,04	860.437,82
Rio de Janeiro	16.526.643,22	15.341.186,95	17.544.618,21	21.530.429,75
Rio Grande do Norte	917.522,50	850.276,69	2.052.654,92	2.136.356,23
Rio Grande do Sul	10.134.665,45	9.426.528,64	14.306.043,94	13.141.068,65
Rondônia	294.213,58	228.618,56	907.014,17	1.811.123,55
Roraima	72.753,25	73.203,14	240.918,13	559.718,33
Santa Catarina	7.580.570,47	7.210.745,17	14.827.370,24	14.488.374,74
São Paulo	55.798.710,96	54.308.553,73	74.382.793,26	79.794.947,42
Sergipe	772.041,21	706.017,38	1.172.419,43	1.199.701,42
Tocantins	160.662,99	147.755,33	649.932,55	1.790.067,87
TOTAL	139.624.658,53	131.780.540,84	226.045.713,99	238.843.341,69

Nota 6. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos	13.709.348,90	-	26.322.974,96	51.843.099,49

Demonstrativo dos empréstimos e financiamentos a receber, por fonte de recursos:

	Circulante		Não Circulante			
	31/12/2018		31/12/2018		31/12/2017	
	Recurso Próprio¹	Recurso FRF²	Recurso Próprio¹	Recurso FRF²	Recurso Próprio¹	Recurso FRF²
Acre	-	842.789,80	-	1.264.221,25	-	2.908.574,11
Amazonas	-	1.150.956,18	-	3.283.102,13	-	5.085.048,77
Ceará	1.285.094,00	2.048.235,72	-	2.353.422,05	2.456.277,14	6.309.864,13
Distrito Federal	-	161.029,46	-	6.838.970,54	5.801.387,74	-
Espírito Santo	-	876.782,44	-	1.430.922,86	-	2.737.772,31
Maranhão	733.669,44	-	268.144,47	-	1.633.234,79	-
Piauí	-	-	-	4.874.035,81	-	7.288.857,77
Pernambuco	-	1.640.592,15	4.591.391,88	-	4.662.144,98	-
Rio Grande do Norte	-	276.070,40	-	-	-	1.846.844,62
Rio Grande do Sul	-	3.575.149,39	-	-	-	7.144.006,17
Rondônia	-	928.209,31	-	1.418.763,97	-	3.239.824,34
Roraima	-	190.770,61	-	-	-	729.262,62
TOTAL	2.018.763,44	11.690.585,46	4.859.536,35	21.463.438,61	14.553.044,65	37.290.054,84

A 15

Serviço Social da Indústria - SESI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

1ºRecurso próprio: solicitações de empréstimos subsidiados com recursos próprios são analisadas e aprovadas individualmente, de acordo com o Regulamento interno da Entidade.

2ºFundo de reserva financeira: as solicitações de suprimento de recursos financeiros são examinadas pela Comissão Administradora, com base na análise do mérito, pareceres técnicos, disponibilidade financeira do fundo, com solicitação limitada a 20% do saldo do FRF e capacidade financeira do Departamento Regional solicitante. São corrigidos, utilizando-se os índices médios mensais da Caderneta de Poupança, conforme Resolução SESI nº 01/2012.

Nota 7. Sistema Indústria Conta Movimento

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017 Ajustado
Conta Movimento CNI	619.156,83	1.395.371,08	68.374.241,25	25.937.496,24
Conta Movimento IEL	241.713,88	81.665,18	554.047,89	3.636,73
Conta Movimento CERS	-	-	162.908,94	241.688,25
Conta Movimento Cons. Nacional SESI	57.622,69	34.373,43	10.438.990,42	9.313.281,42
Conta Movimento SENAI	2.313.478,20	479.196,76	2.074.132,18	116.324,73
CEL28	-	-	83.851,75	320.970,58
TOTAL	3.231.971,60	1.990.606,45	81.688.172,43	35.933.397,95

Nota 8. Valores a Apropriar

	31/12/2018	31/12/2017
Valores a Apropriar - Departamentos Regionais	129.395.985,57	129.942.046,94
Valores a Apropriar - Outras Entidades	32.591.935,90	46.992.377,50
TOTAL	161.987.921,47	176.934.424,44

Nota 9. Investimentos

9.1) Participações Societárias:

	Código	F. R.*	31/12/2018		31/12/2017	
			Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Liq Participações S/A	LIQO3	(a)	4.200	3.528,00	4.200	15.456,00
OI S/A	OIBR3		35.213	44.016,25	35.213	121.836,98
OI S/A	OIBR4		34.961	44.050,86	34.961	121.314,67
Telecomunicações Brasileiras S/A	TELB3		123	3.681,40	123	4.681,52
Telecomunicações Brasileiras S/A	TELB4		705	15.923,30	705	15.493,51
Telef Brasil	VIVT3		28.600	1.180.873,35	28.600	1.178.299,40
Telef Brasil	VIVT4		20.486	947.060,85	20.486	996.022,02
Tim Participações S/A	TIMP3		44.660	522.526,67	44.660	585.051,23
TOTAL				2.761.660,68		3.038.155,33

Cotação da bolsa de valores

(*) Fatos Relevantes:

- (a) São Paulo, 28 de fevereiro de 2018. A Liq Participações S.A. (nova denominação de "Contax Participações S.A.") vem informar a seus acionistas, investidores e ao mercado em geral que, em virtude da nova



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

denominação social, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de janeiro de 2018, a partir do pregão de 05 de março de 2018, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, sob o novo nome de pregão "LIQ" e o código "LIQO3", em substituição ao antigo código "CTAX3".

9.2) Obras de Arte:

Saldo Inicial 01/01/2018	Saldo final 31/12/2018
113.150,00	113.150,00

A administração da Entidade não procedeu ao teste de *impairment* dos ativos classificados em Obras de Artes, para identificar se há alguma indicação de que tais ativos apresentam indicadores de perdas por redução ao valor recuperável, por considerar que, em função da irrelevância do valor total investido, qualquer indicativo de perda seria insignificativo.

Nota 10. Imobilizado

	31/12/2018			31/12/2017
	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido Ajustado
Bens Imóveis	161.423.941,11	(2.726.706,60)	158.697.234,51	105.492.077,37
Terrenos	134.066.203,31	-	134.066.203,31	80.316.147,31
Prédios	27.357.737,80	(2.726.706,60)	24.631.031,20	25.175.930,06
Bens Móveis	7.742.102,04	(5.089.984,58)	2.652.117,46	2.768.717,52
Mobiliário em Geral	3.460.487,00	(1.724.575,74)	1.735.911,26	1.749.021,82
Veículos	176.510,00	(176.509,99)	0,01	0,01
Máquinas e Equipamentos em Geral	587.348,86	(243.808,31)	343.540,55	350.654,61
Equip. Med.Cir.Odonto e Laboratoriais	70,00	(70,00)	-	-
Equipamentos de Informática	3.331.980,78	(2.889.022,66)	442.958,12	581.950,04
Equipamentos de Recreação	42.672,00	(160,62)	42.511,38	-
Equipamentos de Comunicação	143.033,40	(55.837,26)	87.196,14	87.091,04
TOTAL	169.166.043,15	(7.816.691,18)	161.349.351,97	108.260.794,89

Movimentação Exercício 2018

	Saldo Líquido 31/12/2017 Ajustado	Aquisição	Baixas por Desafetação	Baixas de Depreciação	Depreciação do Período	Saldo Líquido 31/12/2018
Bens Imóveis	105.492.077,37	53.750.056,00	-	-	(544.898,86)	158.697.234,51
Terrenos (a)	80.316.147,31	53.750.056,00	-	-	-	134.066.203,31
Prédios	25.175.930,06	-	-	-	(544.898,86)	24.631.031,20
Bens Móveis	2.768.717,52	492.238,83	(133.466,84)	123.484,86	(598.856,91)	2.652.117,46
Mobiliário em Geral	1.749.021,82	258.482,74	(28.484,32)	25.282,57	(268.391,55)	1.735.911,26
Veículos	0,01	-	-	-	-	0,01
Máquinas e Equipamentos em Geral	350.654,61	51.364,00	(42.444,56)	36.571,68	(52.605,18)	343.540,55

A D

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Equip. Med. Círg. Odonto. e Laboratoriais	-	-	(212,00)	212,00	-	-
Equipamentos de Informática	581.950,04	125.597,59	(50.228,22)	50.266,26	(264.627,55)	442.958,12
Equipamentos de Recreação	-	42.672,00	-	-	(160,62)	42.511,38
Equipamentos de Comunicação	87.091,04	14.122,50	(12.097,74)	11.152,35	(13.072,01)	87.196,14
TOTAL	108.260.794,89	54.242.294,83	(133.466,84)	123.484,86	(1.143.755,77)	161.349.351,97

- (a) Aquisição do imóvel situado no Lote de terreno nº III-A do Setor Bancário Norte de Brasília/DF, com área de 5.031,00 m², objeto da matrícula nº 68.114 do Cartório do 2º Ofício de 4º Registro de Imóveis do Distrito Federal, inscrito na Secretaria de Fazenda do DF sob o nº 4.811.647-5.

Em 31 de outubro de 2018, a Entidade procedeu ao teste de *impairment*, de seu ativo imobilizado. De acordo com o laudo técnico da empresa contratada AVM Avaliações, Consultoria e Projetos, os bens registrados contabilmente estão em condições de funcionamento. A empresa contratada realizou pesquisas de preço no mercado, considerando a natureza e condições desses bens e concluiu não ser necessário proceder a ajustes por redução ao valor recuperável para esses ativos e não necessita de qualquer ajuste, considerando a vida útil e valor residual.

Nota 11. Intangível

Movimentação Exercício 2018				
	Saldo Líquido 31/12/2017	Aquisição	Amortização	Saldo Líquido 31/12/2018
Bens Intangíveis	22.251,06	20.000.000,00	(2.672.043,01)	17.350.208,05
Marcas e Patentes	15.222,34	-	-	15.222,34
Direitos Autorais	7.028,72	-	-	7.028,72
Direito de Uso de Softwares (a)	-	20.000.000,00	(2.672.043,01)	17.327.956,99

- a) A aquisição da cessão definitiva dos direitos econômicos do software denominado “Portal SESI Educação”, que têm por objetivo gestão de conteúdo educativo: complementar e prestar informações sobre o processo de ensino-aprendizagem aos estudantes, pais/responsáveis, professores e equipes escolares do Sistema SESI de Ensino, mediante acesso por meio de portal via web, com vistas a garantir a continuidade da utilização do software pelos usuários do sistema indústria. Para definição da taxa de amortização, a Entidade contratou a empresa especializada em avaliação de vida útil do software, S3 Serviços de Informática Ltda., para proceder à análise da vida útil esperada do software “Portal SESI Educação”. De acordo com o laudo técnico da empresa, que considerou uma baixa probabilidade de obsolescência tecnológica, o software possui uma vida útil esperada de 10(dez) anos, tendo recomendado a aplicação de uma taxa anual de amortização de 10% ao ano, aplicada a razão de 100% do valor gasto, ou seja, sem considerar a existência de valor residual.

Nota 12. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda	1.072.570,63	1.078.038,50
ISS	41.976,35	56.761,81
CSLL, COFINS, e PIS/PASEP	1.041.854,49	513.495,45
TOTAL	2.156.401,47	1.648.295,76

[Assinatura]

Serviço Social da Indústria - SESI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 13. Salários e Encargos a Pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Salários a Pagar	-	129.034,18
INSS	671.658,51	664.468,95
FGTS	308.837,16	301.480,45
PIS	39.086,28	37.693,63
Contribuições Entid. Prev.Complementar	-	9,96
TOTAL	1.019.581,95	1.132.687,17

Nota 14. Férias, 13º Salários e Encargos

	31/12/2018	31/12/2017
Férias	4.826.155,04	4.680.166,50
13º Salário	752.083,28	495.277,73
Prevind 13º Salário	54.888,08	48.971,06
TOTAL	5.633.126,40	5.224.415,29

Nota 15. Convênios e Acordos

Conveniente	31/12/2018	31/12/2017
MTB	-	64.602,79
Cozinha Brasil	43.423,24	(19.361,83)
BID Educação Livre	-	2.876,80
BID ATN/ME-12616-BR	-	929,33
SESI-DST-AIDS - SESI/MS 2005 (60129-2)	1.677,80	1.677,80
PROJ MARK SOC PRESERV 60128-4	188,60	188,60
Total	45.289,64	50.913,49

Nota 16. Provisões para Riscos

- a) Está constituída, com base na avaliação da Diretoria Jurídica, para os processos classificados por esta, como de provável perda. A administração entende que, as provisões constituídas e registradas são suficientes para cobrir prováveis perdas e quando aplicáveis, estão amparadas por depósitos judiciais.

Os valores dessas provisões, totalizados por natureza das ações, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Cível	460.908,54	300.923,35
Trabalhista	3.833.944,29	3.411.560,69
Total	4.294.852,83	3.712.484,04
(-) Dep. Judiciais	(1.304.100,07)	(1.147.645,95)
Total Líquido	2.990.752,76	2.564.838,09

A movimentação das provisões para demandas judiciais no exercício de 2018:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	300.923,35	3.411.560,69	3.712.484,04
Adições	159.985,19	422.383,60	582.368,79
Saldo em 31 de dezembro de 2018	460.908,54	3.833.944,29	4.294.852,83

- b) A Entidade tem ações de natureza tributária, trabalhista e civil, que com base na avaliação da Diretoria Jurídica, são de possíveis perdas, para as quais não foi constituída provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	2.316.291,37	1.985.318,30
Cíveis	5.602.602,23	4.802.050,76
Trabalhistas	15.104.605,64	13.953.196,65
Total	23.023.499,24	20.740.565,71
(-) Depósitos Judiciais	(3.448.568,47)	(3.448.568,47)
Total Líquido	19.574.930,77	17.291.997,24

Destaca-se que, há valores depositados judicialmente, não convolados, e que estão em processo de levantamento junto às instituições financeiras e outros vinculados a processos de remota perda.

c) Recomposição de Valores Requeridos pelo INSS

Os valores repassados à Confederação Nacional da Indústria, pelo SESI e SENAI, com origem nas arrecadações de Contribuições Previdenciárias, estão sendo objeto de revisão entre aquelas Entidades e o INSS, em virtude de questionamentos deste órgão, dos valores repassados no período de 1999 a 2004. Em 06 de maio de 2013, foi expedido pelo Juízo Federal da 21ª Vara, o Mandado de Segurança 22801-70.2013.4.01.3400, deferindo o pedido de Liminar. Em 10 de junho de 2013, foi deferido o pedido de Liminar, pelo Juízo Federal Substituto da 4ª Vara/DF, em exercício na 3ª Vara/DF, determinando à autorizada impetrante (Coordenador Geral de Arrecadação e Cobrança da Delegacia da Receita Federal do Brasil, em Brasília), que se “abstenha de proceder à recomposição dos valores então transferidos pelo INSS nos idos de 1999 a 2004 e, tampouco, que se leve a efeito, a partir de maio/2013, a compensação de tal montante no fluxo mensal de repasse de receitas, nos termos da Lei 11.457/07”. Em 18 de novembro de 2014, foi concedida a Segurança, em Primeira Instância, confirmando os termos da Liminar. Em 20 de abril de 2015, foi interposta apelação pela União Federal. Em 09 de outubro de 2017, foi proferida sentença integrativa, reconhecendo a nulidade da sentença por ausência de citação válida, de litisconsórcios passivos necessários. Em 16 de outubro de 2017, o SESI e o SENAI opuseram embargos de declaração em face da sentença integrativa, visando reestabelecer a sentença originária.

Em 03/08/2018 foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo SESI e pelo SENAI. Em face dessa decisão, foi interposto agravo de instrumento, tombado sob o nº 1028952-74.2018.4.01.0000 e sob relatoria do Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa, da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual encontra-se pendente de julgamento.

A Diretoria Jurídica da Entidade classifica esta ação como probabilidade de perda remota, tendo em vista que, sentenças no mesmo sentido foram proferidas nos casos envolvendo outras Entidades do Sistema “S” e o entendimento jurisprudencial tende a se firmar neste sentido.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 17. Encargos a Pagar – Processo Judicial

Encargo	31/12/2018
(a) Contribuição Previdenciária (passivo)	4.643.161,51
(a) PIS sobre Folha de Pagamento (passivo)	219.555,22
(b) INSS RAT (passivo)	3.855.995,08
Total	8.718.711,81
(-) Depósitos Judiciais (ativo)	8.718.711,81

(a) Inexistência de relação jurídico-tributária

A Entidade impetrou junto ao Ministério da Fazenda, Ação Declaratória de Inexistência de relação jurídico-tributária cumulada com pedido de repetição de indébito nº 1008421-49.2018.4.01.3400, processo no qual SESI e SENAI pretendem se desobrigar dos recolhimentos das contribuições para a seguridade social, em especial as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91 e a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS.

Em 8 de maio de 2018, foi proferida decisão, através do protocolo de identificação 5584946, deferindo o pedido de tutela de urgência, para realização de depósitos judiciais das importâncias discutidas na ação. Aguarda-se a citação da União.

Os valores discutidos encontram-se judicialmente depositados. A Diretoria Jurídica entende que, o mérito da demanda deverá seguir o entendimento já firmado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em ação ajuizada pelo SENAC, julga, portanto, que a probabilidade de perda dessa ação é remota."

(b) RAT/FAP

Apresentamos nota acerca da Ação Ordinária 7442-85.2010.4.01.3400, processo no qual o SESI se insurge contra o seu reenquadramento na tabela de Risco Ambiental de Trabalho (RAT) e consequente aumento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) a ser recolhido, em razão da edição da Lei 10.666/2003 e regulamentação dada pelo Decreto 6.957/2009. Os valores estão integralmente depositados em juízo.

Em 1º de março de 2010, foi deferido o pedido para realização de depósito judicial das importâncias discutidas na ação. Em 20 de junho de 2011, foi prolatada sentença julgando procedente a demanda. Em 11 de agosto de 2011, foi interposta apelação pela União. Em 11 de dezembro de 2012, o referido recurso foi provido. O SESI opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em 9 de agosto de 2013, o SESI interpôs recursos especial e extraordinário. Em 31 de março de 2014, foi proferida decisão pelo Desembargador Presidente, determinando o sobrestamento do feito, em razão da repercussão geral reconhecida no RE nº 684.261/RS (substituído posteriormente pelo RE nº 677.725/RS). Aguarda-se a análise do caso submetido à repercussão geral.

Tendo em vista que, os valores discutidos encontram-se depositados e que, o mérito da demanda deverá seguir o entendimento a ser firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 677.725/RS, submetido à sistemática da repercussão geral, a Diretoria Jurídica da Entidade considera que, a probabilidade de perda no caso ora em análise é possível.

Nota 18. Fundos Financeiros Constituídos

Constituído com base na Resolução SESI 01/2012, têm por finalidade suprir os Departamentos Regionais do SESI, de recursos financeiros para implementação de projetos específicos

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

relacionados, prioritariamente a reorganização administrativa e/ou a melhorias no processo de gestão e ações alinhadas à estratégia do Departamento Nacional.

Constitui recursos do fundo, o aporte anual do SESI Departamento Nacional; Produto do valor equivalente à remuneração por 1 (um) dia, na Caderneta de Poupança, da cota da Receita de Contribuição Geral, repassada pela Receita Federal do Brasil – RFB. Este valor é calculado pelo Departamento Nacional e descontado da arrecadação destinada ao Departamento Nacional e de cada Departamento Regional, proporcionalmente ao percentual de participação do Regional no valor repassado no mês anterior. Os rendimentos financeiros obtidos com a aplicação dos recursos, bem como, os encargos financeiros resultantes da utilização, pelos Departamentos Regionais, são incorporados aos recursos do Fundo.

Movimentação do Fundo de Reserva Financeira

Saldo em 31 de dezembro de 2017	81.404.777,30
Valor aportado	271.777,53
Rendimentos de aplicação	3.189.798,55
Tarifas Bancárias	(554,15)
Atualização Monetária de Empréstimos	1.491.413,83
Saldo em 31 de dezembro de 2018	86.357.213,06
Empréstimos concedidos FRF	(33.154.024,07)
Recursos disponíveis FRF em 31/12/2018	53.203.188,99
Saldo das contas bancárias específicas FRF em 31/12/2018 ¹	60.203.400,38

O saldo representado por recursos aplicados em contas bancárias encontra-se a maior, em decorrência do empréstimo concedido ao Departamento Regional Distrito Federal, em dezembro/2018 no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), cujo resgate da conta específica do FRF ocorreu somente em janeiro de 2019.

Nota 19. Patrimônio Líquido

- a) O Patrimônio Líquido é de R\$ 2.215.596.405,23 (dois bilhões, duzentos e quinze milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinco reais e vinte e três centavos), correspondentes aos superávits acumulados.

b) Superávit do Exercício

*Orçamentárias	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Correntes	1.270.199.571,69	1.284.787.086,93
Receitas de Capital	3.805.444,33	2.433.092,55
Despesas Correntes	(1.071.719.188,02)	(909.636.931,39)
Despesas de Capital	(111.135.114,35)	(30.636.044,21)
Superávit Orçamentário (a)	91.150.713,65	346.947.203,88
*Variações Patrimoniais/Financeiras		
Variação Patrimonial Ativa	74.365.779,69	4.093.657,09
Variação Financeira Ativa	7.426.518,88	4.060.506,71
Variação Patrimonial Passiva	(3.949.265,62)	(14.235.775,11)
Variação Financeira Passiva	(5.007.277,14)	(3.987.366,98)
Déficit/Superávit Patrimonial (b)	72.835.755,81	(10.068.978,29)
Superávit do Exercício (a + b)	163.986.469,46	336.878.225,59

Serviço Social da Indústria - SESI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

- c) **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** representam ajustes cumulativos de investimentos em ações (Nota 9.1), mensuradas pelo valor de mercado, conforme cotação das ações das empresas investidas, efetuadas na bolsa de valores, na data do balanço.

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	870.652,16	302.946,67
Variação aumentativa de investimentos	-	567.705,49
Variação diminutiva de investimentos	(276.494,65)	-
Saldo Final	594.157,51	870.652,16

d) Ajustes de Exercícios Anteriores

	Saldo em 31/12/2017	Ajuste Credor	Ajuste Devedor	Efeito total Resultado Acumulado	Saldo Ajustado em 31/12/2017
Ativo	2.431.710.717,47	2.228.983,46	182.536,95	(2.046.446,51)	2.429.664.270,96
Circulante	2.258.482.727,02	9.923,31		(9.923,31)	2.258.472.803,71
Não Circulante	172.615.149,43	2.219.060,15	182.536,95	(2.036.523,20)	170.578.626,23
Realizável a Longo Prazo	61.052.320,15	1.908.045,20		(1.908.045,20)	59.144.274,95
Investimentos	3.151.305,33				3.151.305,33
Imobilizado	108.389.272,89	311.014,95	182.536,95	(128.478,00)	108.260.794,89
Intangível	22.251,06	0,00	0,00	-	22.251,06
Ativo Compensado	612.841,02				612.841,02
Passivo	2.431.710.717,47	2.254.304,18	2.241.643,82	(2.046.446,51)	2.429.664.270,96
Circulante	295.747.561,86	12.660,36		12.660,36	295.760.222,22
Não Circulante	81.404.777,30				81.404.777,30
Patrimônio Líquido	2.053.945.537,29	195.197,31	2.241.643,82	(2.059.106,87)	2.051.886.430,42
Patrimônio Líquido Acumulado	1.716.196.659,54				1.716.196.659,54
Superávit/Déficit do Exercício	336.878.225,59	182.536,95	2.241.643,82	(2.059.106,87)	334.819.118,72
Ajuste de Valor Patrimonial	870.652,16				870.652,16
Passivo Compensado	612.841,02				612.841,02

Os ajustes referem-se aos seguintes fatos:

- i. Reconhecimento das baixas de bens cedidos aos Departamentos Regionais Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe e Tocantins, não realizadas em exercícios anteriores.

Departamento Regional	Valor de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual
Alagoas	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Amazonas	35.650,70	21.256,06	14.394,64

Serviço Social da Indústria - SESI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Bahia	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Ceará	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Goiás	35.650,70	21.256,06	14.394,64
Maranhão	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Minas Gerais	1.996,00	465,11	1.530,89
Paraíba	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Piauí	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Rio de Janeiro	23.813,35	12.023,36	11.789,99
Rio Grande do Norte	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Rio Grande do Sul	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Roraima	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Sergipe	17.825,35	10.628,03	7.197,32
Tocantins	35.650,70	21.256,06	14.394,64
TOTAL	311.014,95	182.536,95	128.478,00

- ii. Reconhecimento de despesas com INSS - Fator Acidentário de Prevenção (FAP), dos anos de 2010 a 2017, da Ação Ordinária 7445-40.2010.4.01.3400

Exercício	Valor
2010	346.290,10
2011	289.576,76
2012	265.402,24
2013	537,79
2014	8,18
2015	333.329,04
2016	349.012,57
2017	323.888,52
TOTAL	1.908.045,20

- iii. Reconhecimento de despesas com viagem, por erro no sistema interno de gestão de passagens Reserve, no valor de R\$ 22.583,67.

Natureza	Valor
Adiantamentos concedidos	9.923,31
Sistema Indústria Conta Movimento	12.660,36
TOTAL	22.583,67

Nota 20. Receitas de Contribuições

	31/12/2018	31/12/2017
Diretas	608.614.915,57	548.065.090,23
Indiretas	538.510.401,99	584.528.746,61
TOTAL	1.147.125.317,56	1.132.593.836,84

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Nota 21. Receitas Financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Imobiliárias	341.407,00	76.683,60
Rendimentos de Aplicações Financeiras	111.979.555,49	145.618.523,32
TOTAL	112.320.962,49	145.695.206,92

Nota 22. Outras Receitas Correntes

	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Despesas	4.848.603,86	227.908,29
Multas e Juros de Mora	1.634.583,01	2.011.493,25
Descontos Obtidos	4.984,85	7.458,93
Indenizações e Restituições	3.205.106,94	311.179,38
TOTAL	9.693.278,66	2.558.039,85

Nota 23. Receitas de Convênios

	31/12/2018	31/12/2017
Entidades Privadas	605,35	-
Organismos Internacionais (a)	449.997,53	3.212.400,13
TOTAL	450.602,88	3.212.400,13

- a) Referem-se à execução de dois convênios em parceria com o BID que são: ATN/ME 13356-BR Aprendizagem Digital para a Inclusão no Mundo do Trabalho - Educação Livre e ATN/ME 12626-BR Condições de Trabalho Sustentáveis para o melhor desempenho de micro e pequenas empresas.

Nota 24. Receitas de Capital

	31/12/2018	31/12/2017
Amortizações de empréstimos	3.805.444,33	2.433.092,55
TOTAL	3.805.444,33	2.433.092,55

Nota 25. Serviços de Terceiros

	31/12/2018	31/12/2017
Traduções	117.771,27	321.149,80
Assessoria e Consultoria	23.267.067,14	14.160.610,30
Auditoria	171.336,03	89.629,64
Informática	33.801.195,43	24.462.382,74
Médicos e Laboratoriais	322.695,05	195.782,51
Publicidade e Propaganda	18.398.982,29	13.065.748,35
Promoções e Eventos	3.661.920,89	2.956.809,91
Técnicos em Educação Profissional	-	945.299,74
Serviços de Limpeza e Conservação	406.995,89	112.199,45
Manutenção Reparos Bens Móveis/Imóveis	15.579.700,22	1.172.245,52
Segurança e Vigilância	750.390,92	102.325,59
Locação de Máquinas e Equipamentos	44.538.995,53	839.887,21

Serviço Social da Indústria - SESI – Departamento Nacional

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Locação de Veículos	3.049.118,27	1.271.734,15
Assinat. Periódicos, Anuid.e Publicações	834.605,40	180.707,34
Seguros	222.600,49	103.593,62
Serviços Gráficos, Cópias e Reproduções	1.391.947,35	1.172.148,89
Serviços Comunicação em Geral	3.534.225,93	3.810.914,26
Técnicos Especializados	22.771.239,03	37.257.023,33
Frete, Transp. Encomendas e Postagens	744.409,41	420.868,33
Transportes Urbanos	34.168,57	49.628,60
Patrocínios	74.298.820,71	32.478.591,50
Despesas de Alimentação	3.686.386,31	62.780,23
Treinamento e Ações de Capacitação	5.543.862,20	3.912.556,47
Aquisição de Direito de Uso	2.817.781,69	5.546.833,64
Outros Serviços de Terceiros	1.433.173,40	1.217.986,01
TOTAL	261.379.389,42	145.909.437,13

Nota 26. Despesas Financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Bancárias	31.399,03	24.529,99
Multas, Juros e Corretagens	2.259,79	1.176,87
Outros Gastos Financeiros	88,09	22.266,20
TOTAL	33.746,91	47.973,06

Nota 27. Despesas Diversas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com Arrecadação Indireta Mensal	18.847.864,06	18.916.168,10
Despesas Judiciais, Cartoriais e Editais	336.949,05	330.021,55
Representação e Integração	16.494,69	13.574,53
Pedágio e Estacionamento	16.840,15	13.144,84
Total	19.218.147,95	19.272.909,02

Nota 28. Contribuições e Transferências Regulamentares

	31/12/2018	31/12/2017
Contribuição CNI	183.801.160,86	181.510.851,39
Contribuição CN-SESI	57.437.860,56	56.722.138,45
Contribuição IEL Nacional	16.975.124,10	10.906.292,39
TOTAL	258.214.145,52	249.139.282,23

Nota 29. Subvenções Regulamentares

	31/12/2018	31/12/2017
Subvenções Ordinárias	89.048.818,62	87.434.473,68
Subvenções Especiais	72.093.843,64	71.242.974,72
TOTAL	161.142.662,26	158.677.448,40

[Assinatura]

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Gastos incorridos e provisões referentes a transferências efetuadas para os Departamentos Regionais do SESI, previstos no Regulamento.

Nota 30. Convênios

	31/12/2018	31/12/2017
Entidades do Sistema Indústria	983.573,45	2.302.120,35
Entidades Privadas	3.831.766,73	6.518.917,11
TOTAL	4.815.340,18	8.821.037,46

Nota 31. Apoios Financeiros

	31/12/2018	31/12/2017
Feiras e Eventos	21.885.101,23	35.194.015,63
Modernização da Gestão	70.380.566,82	61.829.092,85
Emergenciais	5.349.885,72	2.676.912,57
Projetos Estratégicos	36.810.328,90	27.290.503,89
Incentivo a Produção	71.280.898,27	75.507.354,75
TOTAL	205.706.780,94	202.497.879,69

Nota 32. Contribuição para o Fundo de Previdência Privada

A Entidade é patrocinadora do Fundo de Previdência, denominado Prevind e Prevind 2.

- Prevind: O plano que foi criado em outubro/1987, é um plano de previdência complementar, baseado em Benefício Definido.
- Prevind2: O plano foi criado em outubro/2000 e difere do plano Prevind por se tratar de um plano de Contribuição Definida, onde as contas são individualizadas. Neste plano, a contribuição é paritária, o participante opta por contribuir dentro de uma tabela com opções de contribuição, e a patrocinadora contribui com o mesmo valor. Com a criação do Prevind2, não é mais permitida a inclusão no Prevind.

Os planos são administrados pela Kirton Administração de Serviços para Fundos de Pensão Ltda – Organizações Bradesco.

Em 31.12.2018, o número de participantes do Prevind e Prevind2 totalizou 525 inscritos, classificados da seguinte maneira:

	Assistidos	Ativos	Total
Prevind	225	3	228
Prevind II	70	227	297
TOTAL	295	230	525

Número de participantes apresentado em conjunto com SESI Conselho Nacional.

A Entidade contribuiu no ano de 2018, com R\$ 2.644.098,07 para o custeio dos planos, enquanto a participação dos empregados totalizou o valor de R\$ 2.626.140,23.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais, exceto de outro modo indicado)

Em 2018, o patrimônio do plano Prevind atingiu o montante de R\$ 105.422.887,85, enquanto o Prevind 2 totalizou R\$ 119.665.069,27, conforme Relatório Gerencial de 29/12/2018, emitido pelas Organizações Bradesco. O patrimônio mencionado é conjunto com o do SESI/CN, as patrocinadoras são solidárias.

A última avaliação atuarial, datada de março de 2018, para o Plano de Previdência PREVIND, foi realizada pelos Atuários: Paulo Machado da C.C da Marques e Marília Vieira Machado da Cunha Castro, relativos à data base 31/12/2017, que com o equacionamento do déficit, o plano se encontra superavitário.

As premissas de riscos adotadas na avaliação atuarial, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 33. Seguros

Os bens da Entidade estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para a cobertura dos eventuais riscos. A especificação, por modalidade de risco e importância segurada das principais apólices, são as seguintes:

	Tipo do Bem	Modalidade de Seguro	Vigência	Importância Segurada
Itaú Seguro Auto Frota	Móvel	Convencional	26/04/2017 a 26/04/2018 26/04/2018 a 26/04/2019	Valor de Mercado Referenciado
Bradesco Seguro Empresarial	Imóvel	Compreensivo Empresarial	22/03/2017 a 22/03/2018 22/03/2018 a 22/03/2019	6.015.000,00

Os seguros da Entidade são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.


Dirley Silva dos Reis
Contador - CRC DF 015.366
Gerente de Contabilidade


Fernando Augusto Trivellato Andrade
Diretor de Serviços Corporativos